

CEDE. P. B.
DATA 17/03/94
CDD 0400031

O reforço da identidade étnica Tapeba, que tem contribuído para um relativo grau de reorganização do referido grupo indígena, está ligado a processos sociais de ocorrência recente. Enquanto tal, até onde nosso conhecimento presente nos permite chegar, não existe nenhum registro desse grupo seja em documentos históricos, seja nos registros da FUNAI anteriores a 1985, seja em levantamentos realizados por antropólogos e missionários até então. Temos no entanto registros muito claros de que no aldeamento jesuítico de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia foram reunidos segmentos de grupos indígenas cultural e linguisticamente distintos - Kariri, Potiguara, Tremembé - "descidos" de várias partes do Siará colonial ou tendo chegado como soldados do exército de Pero Coelho. É do interrelacionamento entre os membros desses três grupos indígenas, reunidos no território da missão de Caucaia, que surgiu o povo Tapeba, através de um lento processo de articulação e individuação étnica.

O nome Tapeba, que corresponde a uma referência fisiográfica (trata-se do nome de uma lagoa e de um riacho temporário localizados próximos a sede do município) e é certamente um nome de origem tupi (uma corruptela de Itapeva; itá, pedra; BRXA, limpa, polida, ...), está, por outro lado, ligado a uma alusão profundamente estigmatizadora face uma determinada população que residia na referida área. Isto certamente contribuiu para a definição de uma determinada posição bem como de papéis sociais que essa população encontrava abertos para o seu desempenho (a atividade comercial e de serviços), fornecendo elementos que aparecem hoje fortemente como definidores de um passado comum e demarcadores de uma fronteira étnico-cultural, de tal modo que a população do município de Caucaia, onde residem, reconhece-os enquanto um grupo social diferenciado.

As pressões que se desenvolveram no processo de regularização do mercado de terras local, principalmente quanto à utilização e apropriação por latifundiários e grandes empresas dos territórios tradicionalmente habitados pelos Tapeba se, por um lado, foi responsável pelo desmembramento do grupo em várias unidades, por outro, aparece hoje como um dos fatores responsáveis por esse processo de revivescência étnica dos Tapeba. A retomada da consciência de seus direitos às terras que, de fato, são suas e a reversão das expectativas estigmatizantes que a população local, ainda hoje, guarda face aos Tapeba se dão a partir da atuação de uma equipe da Arquidiocese de Fortaleza na área de Caucaia, desenvolvendo um trabalho de organização comunitária, que tem como termo inicial o ano de 1982.

Os membros do grupo étnico Tapeba habitam hoje em áreas (povoados, lugarejos e vilas) geográfica e ecologicamente distintos do distrito sede do município de Caucaia a 16 km de Fortaleza. As áreas diferentes em que habitam constituem aglomerados populacionais de densidade e composição populacional, bem como disposição espacial, bastante contrastantes. Há desde áreas habitadas exclusiva ou majoritariamente por Tapebas - como é o caso da Lagoa dos Tapeba, do Trilho, da Barra Nova e, até, das Capoeiras - até outras onde sua presença é residual e pulverizada - como Vila São José, Açude, Vila Nova, frutos de ocupação posterior por parte de população migrante em busca de melhores oportunidades de vida em Fortaleza. A população Tapeba, segundo dados do "Cadastramento dos índios Tapeba", realizado entre os meses de março e setembro de 1986, pela Equipe de Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, é de 914 pessoas, sendo que dados recentes estimam um número de 1.000 indivíduos. Os tapeba vivem em intenso contato com elementos não-índios, principalmente no desenvolvimento de atividades produtivas, mas, conforme indicado, se reconhecem e são reconhecidos pela população local como um grupo com uma tradição histórica e cultural distinta.

Os esforços do Grupo tem se dado no sentido de obter o reconhecimento oficial e dessa forma recuperar o acessoterra. A área "identificada" em 1986 pela FUNAI, corresponde a 4,675 hectares, extensão mínima se comparada com a área efetivamente ocupada pelo grupo no passado: em torno de 60.000 hectares, área essa integrante do aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, já extinto.

Tendo sido reconhecido o direito dos Tapeba à área e encaminhado um Relatório de Identificação por técnicos da FUNAI o processo de criação da área indígena Tapeba sofreu uma reviravolta radical a nível do Grupo de Trabalho Interministerial - "Grupão", que delibera sobre as demarcações - em função das pressões e da intransigência do Conselho de Segurança Nacional em reconhecer a identidade e o direito do grupo indígena Tapeba. Em 20 de julho de 1988, por intermédio da resolução nº 01, o "Grupão", decide pelo arquivamento do processo, e até hoje nenhuma nova deliberação foi tomada, gerando uma situação de instabilidade e expectativa quanto ao destino deste grupo indígena.

Ao averiguar algumas fontes de dados etnohistóricos (por exemplo IBGE, 1972; Metraux, 1946; Nimuendaju, 1981; Pompeu Sobrinho, 1951; Seraine, 1955) descobriremos que os primeiros contatos entre os índios Tremembé e portugueses ou franceses, sejam missionários, colonos ou comerciantes, ocorreram desde o princípio da colonização portuguesa no Brasil. As referências são mais precisas no que tange aos séculos XVII e XVIII, mais especificamente à constituição de aldeamentos missionários.

Os Tremembé ocupavam a faixa litorânea que vem desde o Maranhão até o litoral norte da antiga província do Ceará, onde hoje se localizam os municípios de Acaraú e Itarema.

A prática do aldeamento indígena estabeleceu algumas missões que serviam ao "recrutamento" e conversão dos Tremembé, como é o caso do aldeamento missionário de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, constituído no princípio do século XVIII, pelo que se sabe na ordem do Padre José Borges de Novais, no ano de 1702. Esse aldeamento tornou-se núcleo de destaque na atuação religiosa e política dos portugueses quanto aos Tremembé, no que pode ser confirmado pela construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que foi tombada pelo SPHAN-Pró Memória em 1984. Essa igreja é um dos monumentos de referência para os índios Tremembé que vivem hoje no município de Itarema, pois serve como símbolo da relação com esse passado e com o que ele representa nos dias atuais.

Os aldeamentos missionários eram formados a partir da concessão de sesmarias aos grupos étnicos que visavam catequizar. Foi o que aconteceu com os Tremembé e o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição, por isso, hoje em dia, eles se dizem filhos legítimos da "Terra da Santa", da "Terra do Aldeamento", que é a maneira característica de se remeterem à uma origem comum e mostrarem o seu direito à terra onde nasceram e se criaram.

Apesar dos Tremembé não terem conseguido manter sua língua de origem, ainda hoje encontramos um vasto universo simbólico e cultural que os relaciona com seus antepassados. É o caso do torém, que é uma dança mimética à respeito de animais e frutos nativos encontrados pelos índios, por exemplo o cajú, a tainha, o guaxinim, e que possui uma série de versos e refrões musicais - que apresentam vocábulos de origem indígena, sobretudo - particularizando cada ser encontrado ou visto pelos Tremembé. Além disso, existem diversas histórias como a da "Lagaa da Criminosa" ou da "Santa de Qira" que são contadas nas comunidades, entre os amigos e parentes. Percebe-se claramente a força que tem a tradição oral entre eles e que são sinais diacríticos inconfundíveis para aqueles que os conhecem. Essas histórias são de grande importância na compreensão da situação étnica dos Tremembé.

No ano de 1986, uma equipe da FUNAI - Fundação Nacional do índio - visitou a região de Almofala e escreveu relatório de atividades, onde contabiliza 3061 Tremembé (FUNAI: 86, TIB, 1987). Mas o fotógrafo Marcos Guilherme, que realiza pesquisa e atividade fotográfica entre os Tremembé, há mais de 10 anos, procedeu a um levantamento populacional em 1984 e considerou a presença de 4441 Tremembé, porém não chegando a recensear todas as áreas de distribuição da população indígena. Desse modo, pode-se ver a amplitude populacional das pessoas que se auto-atribuem como Tremembé, residindo pela região.

Eles ocupam a faixa litorânea do distrito de Almofala e outras localidades para o interior, mas sabe-se que existem comunidades Tremembé também noutras áreas do município de Itarema, que não foram levantadas no período de visita da equipe do órgão indigenista do Estado. Esses fatos chocam-se com o próprio Plano de Metas da FUNAI (1987) que incluía o prosseguimento do "caso Tremembé" como um de seus objetivos para aquele ano.

Sobretudo, vale advertir que eles vêm sendo expulsos de suas terras já há muito tempo, como é o caso de inúmeras famílias que moravam nas localidades da Lagoa Seca, Passagem Rasa, Bate-deira e Taperinha, estas duas na margem direita do Rio Aracati-Mirim. Inclusive, essas expulsões vêm ocorrendo através de ostensivo e progressivo cercamento das terras, impedindo qualquer controle por parte dos próprios Tremembé que ali viviam.

Os Tremembé vêm sendo até ameaçados de morte, como é o caso do atual Cacique Tremembé, que recebeu uma carta que colocava em perigo sua própria vida, se ele organizasse outra vez a cerimônia do Torém, que é um dos símbolos característicos da tradição cultural Tremembé.

À custa disso, os Tremembé vêm tentando salvaguardar seus direitos à terra, como foi o caso da comunidade da Varjota que entrou na justiça alegando o direito ao usucapião coletivo de 387 ha, onde podem pescar, cultivar e criar para seu próprio consumo. O processo jurídico da comunidade visava contestar os direitos atribuídos pela empresa agro-industrial Ducôco que se implantou na região no início da década de 80 e quiz expulsá-los de suas terras.

Essa ação judicial e a atividade política mais recente dos Tremembé da Varjota contribuíram para a formação até do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema, que possui grande número de filiados de origem étnica Tremembé, os quais perceberam o sindicato como um dos lugares por onde poderiam defender o direito à terra que herdaram de seus antepassados. Esse direito é reconhecido também pelas comunidades camponesas que vivem no município de Itarema, próximas das localidades aonde residem os Tremembé. Inclusive, o atual presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Itarema e um de seus diretores são reconhecidos e se atribuem Tremembé.

A participação política se vem fazendo também nos encontros regionais entre diversas etnias do Nordeste, que vêm sendo promovidos pelo CIMI-NE - Conselho Indigenista Missionário, região Nordeste - de grande valor para a comunicação e a troca de experiências entre os grupos étnicos e da situação que cada comunidade particularmente passa.

O CIMI - na pessoa de seus missionários - atua com bastante vigor e decisivamente à favor da resistência cultural e social dos Tremembé, incentivando a auto-afirmação étnica que é muito estigmatizada por aqueles que não reconhecem os direitos dos índios Tremembé. Sem dúvida nenhuma, têm papel profícuo na defesa cultural desse grupo étnico.

A Comissão Pastoral da Terra, CPT, da Diocese de Itapipoca se destaca também por estar ajudando na organização comunitária a partir da atividade das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, desde o início estimulando as coletividades em se organizarem internamente em prol da luta pelos direitos sociais.

Apesar da visita da equipe da FUNAI, ainda não houve qualquer resultado quanto ao processo de identificação e regularização da área indígena Tremembé. A FUNAI não conseguiu mostrar até o momento qualquer atitude mais decisiva na regularização da área indígena Tremembé, exemplo típico do seu mau funcionamento administrativo.

BIBLIOGRAFIA

- CEDI/PETI/MUSEU NACIONAL - Terras Indígenas no Brasil, 1987.
- IBGE - Síntese Estatística do Município de Aracajú, Ceará, Série Monografias, nº 156, 1972.
- METRAUX, Alfred, The Tremembé, in Handbook of South American Indians, vol. 1, Julian H. Steward (ed.). Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Washington, 1946.
- NIMUENDAJU, Curt - Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, IBGE/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1981.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz - Índios Tremembés, in Revista do Instituto do Ceará, LXV, Fortaleza, 1951.
- SERAINE, Florival - Sobre o torém, in Revista do Instituto do Ceará, LXIX, Fortaleza, 1955.

CEDI - P. I. B
DATA 17/03/94
COD. 047 00031

11/1/94
com
7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
QUINTA DA BOA VISTA S/N.º - 20.942 - RIO DE JANEIRO - BRASIL

Rio de Janeiro, 05 de julho de 1989.

Ao
Ilm. Sr.
JOSE CORDEIRO DE OLIVEIRA
Arquidiocese de Fortaleza
Rua Sobral s/nº - Catedral Metropolitana
Fortaleza - Ceará

Caro Codeiro,

Não é sem atrazo que ora lhe enviamos nossas colaborações para a publicação sobre a história e resistência dos índios cearenses. Lamentamos muito não ser feito isto antes, mas a dedicação ao mestrado tem nos tomado muito tempo. E capaz, inclusive, em função dos prazos editoriais, delas não poderem ser incorporadas ao trabalho.

De qualquer forma, aqui seguem nossas modestas contribuições em anexo como mostra do nosso interesse pelo trabalho e sua significação. Caso não sejam incorporadas, acreditamos que possam ter outras destinações produtivas. Seria interessante, por exemplo, repassar cópias para os membros da Equipe.

Sem mais, isto é o que nós coloca o momento. Aproveitamos para manifestar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Carlos Guilherme Octaviano do Valle
Carlos Guilherme Octaviano do Valle

Henyo Trindade Barreto Filho
Henyo Trindade Barreto Filho

P.S.: Henyo espera poder estar dia 12 de agosto em Fortaleza para o lançamento do livro.